

## MOVIMENTOS SOCIAIS: ABORDAGENS CLÁSSICAS E CONTEMPORÂNEAS

Everton Lazzaretti Picolotto<sup>1</sup>

### Resumo

A noção de movimento social não é consensual nas ciências sociais. Por longo período conviveram paradigmas conflitantes. Este artigo parte da noção clássica marxista de movimentos sociais, aborda a emergência do paradigma dos novos movimentos sociais e do neomarxismo e procura tratar mais atentamente as abordagens contemporâneas de Alain Touraine, Manuel Castells e Alberto Melucci. Ainda se procura analisar as interfaces e divergências de algumas das principais abordagens contemporâneas de movimentos sociais e as suas implicações para a operacionalização no estudo de fenômenos empíricos.

**Palavras-chave:** movimentos sociais, novos movimentos sociais, ações coletivas.

### 1. Introdução

A noção de movimento social não é consensual nas ciências sociais. Trabalhos que trataram desta temática apontam a existência de paradigmas divergentes. Alexander (1998) faz alusão a uma polarização de concepções entre o que chama de *modelo clássico* (europeu) que privilegia as *interpretações históricas das revoluções* (remetendo às determinações estruturais dos movimentos sociais) e uma interpretação norte-americana, que valoriza a *organização e mobilização de recursos* por atores sociais. Gohn (2000), também diferencia quatro grandes *paradigmas* de movimentos sociais, a saber: o *marxista*, o *norte-americano*, o dos *novos movimentos sociais* e o *latino-americano*.

---

<sup>1</sup> Bacharel em Ciências Sociais, Doutorando em Ciências Sociais CPDA/UFRRJ, Mestre em Extensão Rural pela UFSM. E-mail: picolottoae@yahoo.com.br.

O objetivo deste trabalho é fazer uma revisão teórica acerca das principais teorias de movimentos sociais, identificando autores-chave contemporâneos das diferentes concepções e apontando as interfaces e as divergências entre estes. Tal revisão torna-se útil tendo em vista que as teorias sobre os movimentos sociais vêm se recriando na medida em que acompanham as transformações nos elementos empíricos e ainda encontram-se escassos trabalhos sobre estas mudanças na academia brasileira.

Primeiramente, considera-se o *modelo clássico*, seus principais elementos teóricos e algumas das críticas dirigidas a este modelo. Posteriormente, trata-se das *novas interpretações* sobre os movimentos sociais, notadamente, a abordagem “neomarxista” e o “paradigma dos novos movimentos sociais”. Apresentam-se as contribuições teóricas de alguns dos principais autores que trabalham com a temática na contemporaneidade e, por fim, ainda busca-se confrontar as abordagens apontando as interfaces e as divergências entre elas.

## 2. O Modelo Clássico Marxista

Karl Marx ficou conhecido na história mundial por ser o mais importante ideólogo dos movimentos revolucionários no século XIX, tendo firmado sua autoridade e prestígio intelectual na afirmação do *modelo clássico* de movimento social. Vários autores (Scherer-Warren, 1984, Alexander 1998, Gohn, 2000) destacam a grande contribuição do pensamento marxiano<sup>2</sup> na construção de teorias explicativas dos movimentos sociais e também sua influência na orientação da prática dos movimentos.

Uma das grandes contribuições de Marx foi estabelecer a relação entre a teorização e ação política dos movimentos sociais através do conceito de *práxis social*. Esta foi entendida como a transformação do social “que se realiza em conexão com a realidade teórica, por meio da atividade produtiva e/ou da atividade política” (Gohn, 2000:176). E ainda, como resume Scherer-Warren:

[...] pode-se afirmar que Marx, desde o ponto de vista da Sociologia, foi um dos mais importantes criadores de um *projeto de transformação radical* da estrutura social, projeto este de superação das condições de opressão de classe. Para a realização deste projeto, além do amadurecimento das condições estruturais propícias, exige-se também uma *práxis revolucionária* das classes exploradas (1984: 35) (grifos do autor).

Estas citações revelam a preocupação destes comentadores em demonstrar que Marx, ao trabalhar com o conceito de *práxis*, articulava a atividade prática (ação do movimento) e a teórica (concepção do movimento) num conjunto unitário, voltando-se para o objetivo da

---

<sup>2</sup> Neste trabalho se utilizará o termo “marxiano” quando se estiver referindo aos escritos de Marx e Engels. E o termo “marxista” quando se referir aos adeptos das idéias destes.

transformação social. Assim sendo, o marxismo aplicado ao estudo dos movimentos sociais foi entendido não apenas como uma teoria explicativa, mas como uma teoria que fundamenta a própria ação destes movimentos<sup>3</sup>.

Diversos autores têm comentado sobre a abordagem marxista dos movimentos sociais possibilitando uma caracterização genérica desta. Considera-se que o estudo dos movimentos sociais sob a abordagem marxista centra-se na análise dos processos históricos globais, nas contradições materiais existentes e nas lutas entre as principais classes sociais presentes no processo de produção. As mudanças são sempre concebidas como fruto das contradições geradas pela oposição entre capital e trabalho, que contrapõem respectivamente a burguesia e o proletariado em uma luta ininterrupta: a *luta de classes*. Esta luta é concebida como o “motor da história”, cujo resultado ancora-se na suposição de que as contradições geradas por ela colaboram para a organização política do proletariado, permitindo criar as condições necessárias para a superação da ordem capitalista. O dirigente “inevitável” do proletariado rumo à sua emancipação política e social é encarnado, no esquema marxista, pelo *partido operário*. Tal estratégia não concede aos movimentos sociais alheios aos partidos, outro papel que não seja o de meras testemunhas do mal-estar social, incapazes por si só de iniciarem um processo de transformação das estruturas sociais. No modelo clássico enfatiza-se o papel da violência e da coerção como táticas de luta, sendo as referências empíricas mais comuns a Revolução Francesa (1789) e a Revolução Russa (1917). O uso da força é percebido, também, como forma de garantir o controle das instituições aos revolucionários recém-chegados ao poder, defendendo-os de possíveis ofensivas contra-revolucionárias<sup>4</sup>. Em síntese, os movimentos sociais são concebidos de maneira puramente instrumental, ou seja, “como meios mais eficientes para alcançar a distribuição radical dos bens” (Alexander, 1998:5).

---

<sup>3</sup> Por isso precisa ser concebido, também, como uma *teoria da ação*, pois além de se ocupar do entendimento dos problemas sociais, procura refletir sobre as práticas sociais tornando-se *práxis histórica*. Marx e Engels escreveram no prefácio à edição alemã de 1872 do Manifesto do Partido Comunista referindo-se à experiência da Comuna de Paris: “não basta que a classe operária se apodere da máquina do Estado existente para fazê-la servir a seus próprios fins” (Marx; Engels, 2004:26) é necessário que os operários conquistem o poder, que dêem a direção do desenvolvimento da sociedade. Ou seja, segundo o pensamento marxiano, a tarefa histórica do proletariado é construir um “novo mundo” (novas relações de produção e de poder e novo modelo cultural), para isso a classe operária tem de desenvolver uma forte consciência de classe e acumular forças na arena política. Pois, como advertem Marx e Engels (2004:65), “O que demonstra a história das idéias senão que a produção intelectual se transforma com a produção material? As idéias dominantes de uma época sempre foram apenas as idéias da classe dominante”. Assim, o movimento proletário deveria tornar-se classe dominante (tomando o poder da burguesia) para poder estabelecer uma nova forma de organização social que acabasse com a “dominação do homem pelo homem”. E esse modelo de organização socioeconômica, segundo o pensamento marxiano, seria o *comunismo*.

<sup>4</sup> A freqüente associação dos movimentos sociais à idéia de revolução influenciou os mesmos a orientarem-se para o poder, à violência e ao controle. Isto levava a enfatizar as imagens simbólicas que representaram momentos de ruptura violenta (a ocupação da Bastilha, do Palácio de Inverno, greves gerais, ocupações de fábrica, etc.).

Para Gohn (2000:174), os movimentos sociais, segundo a abordagem marxista, não existem *a priori*, colocam-se em movimento e tornam-se movimentos pelas ações práticas dos homens na história: “Organização e consciência serão fatores decisivos para explicar o seu desenrolar”. Para Scherer-Warren (1984:12-13), a abordagem marxista busca identificar nos movimentos: “a necessidade de organização e da comunidade de interesse de classe; a exigência de uma vanguarda para o movimento; o desenvolvimento de uma consciência de classe e de uma ideologia autônoma; uma proposta e um programa de transformação social”. Assim, estes são os eixos principais a serem considerados para construção do movimento social.

Segundo o entendimento de Gohn (2000), examinando-se mais especificamente o trabalho de Marx constata-se que este inspirou duas grandes correntes de pensamento. A primeira corrente marxista, denominada *ortodoxa*, seria inspirada no “Marx maduro” (trabalhos elaborados após 1850) e seus estudos sobre o desenvolvimento do capital, tendo privilegiado, em função disso, os fatores econômicos e macroestruturais da sociedade. Como expoentes que deram seguimento à teorização de Marx (maduro), destacam-se Lenin e Trotsky. A corrente marxista ortodoxa foi predominante na primeira metade do último século (até década de 60), principalmente em função da influência política que os revolucionários russos tiveram<sup>5</sup>. Os pressupostos gerais desta corrente baseavam-se principalmente nas determinações econômicas e macro-estruturais e, em razão disso, “geraram leituras mecanicistas e deterministas da realidade social, como as predominantes na Segunda Internacional, nas primeiras décadas deste século [XX], ou as realizadas durante o período stalinista na Rússia” (Gohn, 2000:173).

A segunda corrente está ligada ao “jovem Marx” e seus estudos sobre a consciência, a alienação, a ideologia, etc. Destes estudos originou-se uma tradição *histórica-humanista* (também conhecida como heterodoxa) que está representada principalmente nos trabalhos de Rosa Luxemburgo, Gramsci, Lukács e Escola de Frankfurt. Rosa Embora alguns destes autores tenham produzido ainda nas primeiras décadas do século XX, seus trabalhos foram mais valorizados academicamente a partir da década de 60, quando se difundiram severas críticas às concepções inspiradas no marxismo ortodoxo. A revisão crítica dos trabalhos das correntes ortodoxa e humanista deu origem tanto às abordagens que viriam a ser denominadas “neomarxistas”, quanto motivou, no estudo dos movimentos sociais, a emergência do paradigma dos “Novos Movimentos Sociais”.

### **3. As Novas Interpretações dos Movimentos Sociais**

---

<sup>5</sup> Como consequência disso ocorreu a reprodução do *partido leninista*, como modelo e unidade básica de ação política do movimento operário em escala internacional.

Com a crise da abordagem marxista (principalmente da corrente ortodoxa), surgiram concepções heterodoxas do marxismo, com variados graus de abandono dos pressupostos originários e interpretações que propõe novos referenciais para entender os novos fenômenos políticos e sociais. Muitos autores continuaram referenciando-se em elementos teóricos-chaves do marxismo, passando a ser chamados de *neomarxistas*. Seus estudos e teorizações sobre os movimentos sociais vão, paulatinamente, abrandando o peso das determinações estruturais e assumindo pressupostos teóricos que dão maior autonomia de ação aos atores sociais. Essa transição recebeu influências do emergente paradigma dos “Novos Movimentos Sociais”.

O paradigma dos Novos Movimentos Sociais (NMS) surgiu a partir da crítica à abordagem ortodoxa marxista (no que é contemporâneo com as formulações neomarxistas iniciais) e aos “esquemas utilitaristas e às teorias baseadas na lógica racional e estratégica dos atores” (Gohn, 2000:121). Sua preocupação consistia em analisar os movimentos sociais que surgiram, principalmente na Europa, a partir de 1960.

Uma das principais críticas dirigidas a abordagem marxista ortodoxa refere-se ao seu arcabouço teórico, que privilegia a análise das estruturas sociais (especialmente a econômica), consideradas como determinantes da ação humana. O paradigma dos NMS considera que isto limita a expressão da subjetividade dos indivíduos ao considerá-los como reflexo das determinações materiais. Do mesmo modo, subestimam-se as contribuições culturais e a ação criativa dos indivíduos na formação dos movimentos sociais. Assim, entende-se que a ênfase analítica nas determinações das estruturas sociais pode servir muito bem para explicar *por que* os movimentos surgem, mas revela-se incapaz de explicar *como* eles surgem e se mantêm no longo prazo (Gohn, 2000).

Gohn (2000) aponta algumas outras características básicas que compõem o quadro analítico da teoria dos novos movimentos sociais e que o distingue do marxista ortodoxo, a saber: a) a eliminação da centralidade de um sujeito pré-determinado e específico criado pelas contradições do capitalismo. Enquanto na abordagem marxista ortodoxa a problemática das classes sociais é a categoria central, utilizada tanto para refletir sobre as origens dos participantes dos movimentos sociais e seus interesses, quanto para identificar o programa ideológico que fundamenta as ações, no paradigma dos NMS é abrandado o peso das classes sociais. O novo sujeito é apresentado como um coletivo difuso, não hierarquizado, que luta pelos progressos da modernidade e, ao mesmo tempo, é crítico à ela, fundamentando as suas ações em valores tradicionais, solidários e comunitários; b) a política ganha centralidade nas análises, ao mesmo tempo em que amplia o seu leque de abrangência, passando a ser considerada como uma

dimensão da vida social que abarca todas as práticas sociais. Há uma ênfase nas relações micro-sociais e culturais; c) a construção de um modelo teórico baseado na cultura, que apesar de fazer uso das bases marxistas que vêem a cultura como ideologia, afasta-se da noção de ideologia como falsa representação da realidade; e, d) os atores são analisados por dois aspectos: por suas ações coletivas e pela identidade coletiva criada no processo.

Os atores sociais ganham relevância na análise dos NMS, enquanto o peso determinante das estruturas diminui consideravelmente. Assim, abre-se espaço para análise das ações dos atores e, dessa forma, a política ganha centralidade no desvendamento dos movimentos.

### ***3.1. A Concepção de Alain Touraine***

Um dos autores que estabeleceu novas bases para a interpretação dos movimentos sociais foi o sociólogo francês Alain Touraine. Touraine, ainda na década de 70, define movimento social como “a ação conflitante de agentes de classes sociais lutando pelo controle do sistema de ação histórica” (1977:336), entendendo por sistema de ação histórica um campo social e cultural que dá a direção para o desenvolvimento da sociedade. Dessa forma, os movimentos sociais se definem pelo “confronto de interesses opostos para controlar forças de desenvolvimento e do campo de experiência histórica de uma sociedade” (1977:344).

Touraine (1977) propõe que o conceito de movimento social implica a combinação de três princípios, a saber: um *princípio de identidade* (que é a definição do ator por ele mesmo); um *princípio de oposição* (o ator identifica um adversário); e um *princípio de totalidade* (que é a participação no sistema de ação histórica). Dessa forma, o que caracteriza a existência de um movimento social são os três elementos derivados destes princípios: o *ator*, seu *adversário* e o *que está em jogo no conflito*.

Nos anos mais recentes, Touraine (1998, 2003 e 2004) deu seguimento aos estudos sobre os movimentos sociais teorizando sobre o papel do sujeito e a questão da democracia na relação entre o sujeito, os movimentos e o Estado.

Segundo a interpretação que Silva (1997) faz da obra de Touraine, a modernidade passa a ser um conceito central na análise e, para este último, a modernidade constituiu-se, no mundo ocidental, alicerçada em dois elementos fundamentais: a racionalização e a subjetivação. Para Silva, na história da realização social destas orientações culturais, Touraine observa que “paulatinamente a racionalização vai sendo identificada com as classes dirigentes que vão se tornando dominantes, enquanto a subjetivação é secundarizada e se torna instrumento de defesa e resistência das classes populares” (1997:109-10). Dessa maneira, enquanto os dominantes cada vez mais enfatizam sua “função” de atores racionais que apenas realizam a lógica ‘natural’ do

progresso científico e tecnológico modernizador” (1997:10), os dominados, por sua vez, “resistem com o apelo a sua identidade e memória contra uma modernização que resulta na sua submissão e exploração” (1997:10).

Frente a esta realidade, Touraine teria se lançado na busca do elemento que poderia recuperar a modernidade dilacerada através da rearticulação de seus elementos cindidos: o sujeito. A idéia do sujeito introduz “uma noção de resistência à lógica do sistema e a afirmação da vontade e do direito do indivíduo ser reconhecido como ator: não só consumidor, mas parte integrante e atuante na sua produção” (Silva, 1997:112). É no sujeito, então, que a racionalização e subjetivação se articulam e se contrabalançam.

Para Touraine, o processo de formação do sujeito não pode ser realizado individualmente, mas somente na interlocução com outros indivíduos da mesma classe social. É justamente por meio deste caráter não individualista do processo de subjetivação que Touraine estabelece a ligação entre a noção de sujeito e o tema dos movimentos sociais. Em suas palavras:

Sem esta passagem para o movimento social, o sujeito corre o risco de dissolver-se na individualidade; sem este recurso a um princípio não social de ação na vida social, a idéia de movimento social cai na tentação alienante de se conformar com o sentido da história. Não existe sujeito sem engajamento social; não existe movimento social sem apelo direto à liberdade e à responsabilidade do sujeito. (Touraine, 1998:302).

Touraine no decorrer de sua obra mantém uma relativa “centralidade” do Estado enquanto legítimo “organizador” da sociedade. Neste contexto, os movimentos sociais devem necessariamente buscar que seus projetos sejam assumidos pelo Estado. Na ótica de Touraine (2003), os movimentos sociais devem servir de mediadores entre o sujeito e o Estado. Os movimentos sociais têm o papel de desenvolverem sujeitos livres e autônomos, por um lado, e construírem as mediações necessárias entre o Estado e os indivíduos, por outro. Ou seja, é fundamentalmente de responsabilidade destes a construção da democracia e a garantia do direito à diferença.

Em seus trabalhos mais recentes, Touraine retoma a questão do alcance dos movimentos sociais. O autor coloca-se, inicialmente, um questionamento acerca da existência ou não de um conflito central na sociedade atual e responde positivamente: “Sim, existe um conflito central em nossa sociedade pós-industrial, programada, informatizada, ou seja lá como a chamemos; mais precisamente existe um ator central que luta por uma aposta de importância central” (2003:112). Touraine completa sua resposta afirmando que assume posição central na atualidade o *conflito cultural*. Em suas palavras:

Segundo minha análise, é o conflito central de nossa sociedade que leva um sujeito em luta, de um lado, contra o **triunfo do mercado** e das técnicas e, de outro, contra os **poderes comunitários autoritários**. Acho que este **conflito cultural** é tão central hoje como foi o conflito econômico da sociedade industrial e o conflito político que dominou os primeiros séculos de nossa modernidade (2003:112). (grifos nossos).

Seguindo estes apontamentos acerca da *centralidade do conflito cultural* e da necessidade de *articulação entre racionalização e subjetivação*, Touraine (2003) busca contrapor-se à utilização corriqueira da denominação “movimento social”, argumentando que se não for bem delimitada a expressão perderá seu poder explicativo e não será mais possível “fazer sua teoria”. Visando afastar-se da banalização do termo, ele apresenta sua definição atual nos seguintes termos:

A definição de movimento social só é útil se permite pôr em evidência a existência dum tipo muito particular de ação coletiva, aquele tipo pelo qual uma categoria social, sempre particular, questiona uma forma de dominação social, simultaneamente particular e geral, invocando contra ela valores e orientações gerais da sociedade, que ela partilha com seu adversário, para privar este de legitimidade. (2003:113).

Com vistas a precisar o alcance dos movimentos sociais, Touraine (2003 e 2004) busca diferenciar os movimentos sociais atuais em três tipos: os movimentos culturais, históricos e societais. Os *movimentos culturais* “estão mais centrados na afirmação de direitos culturais do que no conflito com um adversário” (2003:127), visto que estes “ênfatisam as orientações culturais de uma sociedade, mostrando os sentidos opostos que os membros de um mesmo campo cultural lhe dão em função de sua relação com o poder” (2004:158). Os *movimentos históricos* são expressões de ação coletiva que questionam os rumos dos modelos de desenvolvimento. Eles põem em questão mais uma elite do que uma classe dirigente e apelam ao povo contra o Estado, o que lhes dá um grande potencial de mobilização (2003:133). Os *movimentos societais* são aqueles que “combinam um conflito propriamente social com um projeto cultural, que é sempre definido por referência a um sujeito” (2003:119) e que defendem um modo oposto de uso dos valores morais aos de seu adversário social. Ou seja, os movimentos societais possuem uma vertente utópica e uma ideológica e dessa forma, “em sua vertente utópica, o ator identifica-se com os direitos do sujeito; em sua vertente ideológica, ele se concentra na sua luta contra um adversário social”<sup>6</sup> (2003:120).

Diante desta diferenciação de movimentos sociais, fica claro que Touraine (2003) pretende estabelecer uma hierarquia dos movimentos desejáveis para a sociedade atual. Para o autor os movimentos societais são os possuem as melhores condições para resolver os problemas da

---

<sup>6</sup> Estas vertentes devem ser consideradas como aspectos indispensáveis na construção de um movimento, pois um excesso de utopia não permite definir um adversário com precisão e um excesso de ideologia acentua mais o conflito social, em detrimento das apostas e possibilidades futuras.



fragmentação do sujeito e da crise da modernidade. Essa preferência se dá pelo fato de que os movimentos culturais centram-se basicamente no questionamento dos modelos culturais e os movimentos históricos no questionamento dos modelos de desenvolvimento, dessa forma, ambos seriam limitados<sup>7</sup>. Já os movimentos sociais seriam portadores destas duas questões e ultrapassariam qualitativamente os outros tipos de movimentos por englobarem em suas práticas uma ligação entre o “mundo dos meios e o dos fins”. Esse diferencial daria-lhes grande poder de transformação, porém ao mesmo tempo, faria com que fossem raras as experiências históricas destes movimentos.

Diante destas características desejáveis, para Touraine são, primordialmente, os movimentos sociais que atuam sobre o *conflito central* da sociedade atual. Assim, segundo as palavras do autor, estes desafiam ao mesmo tempo “o pensamento liberal e o apelo à revolução, pois nem um nem outro acreditam na capacidade dos atores sociais produzirem sua história através de suas orientações culturais e seus conflitos sociais” (2003:149).

### **3.2. A Concepção Recente de Manuel Castells**

Castells provém de uma tradição marxista<sup>8</sup>, mantendo “seu gosto pelo materialismo”<sup>9</sup> e, em função disso, parte do diagnóstico da formação de uma nova base material para compreender os efeitos que a revolução das tecnologias da informação traz, atualmente, sobre os vários domínios da atividade humana.

Castells (1999; 2002; 2003) observa a emergência de três processos independentes que começam a se gestar no final dos anos sessenta e princípio dos setenta e que convergem hoje para a “gênese de um novo mundo”. São eles: a) a revolução das tecnologias da informação; b) a crise econômica tanto do capitalismo quanto do estatismo e a subsequente reestruturação destes; e c) o florescimento de movimentos sociais e culturais – feminismo, ambientalismo, defesa dos direitos humanos, das liberdades sexuais, etc.

---

<sup>7</sup> Touraine alerta para os perigos encerrados nos movimentos históricos e culturais, a ponto de prever a possível transformação em *antimovimentos sociais*. “Este é o caso quando um ator social identifica-se inteiramente com uma aposta cultural, por exemplo no progresso, e então rejeita seu adversário como inimigo, traidor ou simples obstáculo a eliminar. O que define um movimento societal - isto é o conflito dos atores pela gestão social de uma aposta cultural, conflito que nunca se reduz completamente aos interesses de um e de outro - quebra-se então, e a ação que questiona as grandes orientações da sociedade degrada-se em seita ou mobilização autoritária”(Touraine, 2003:140).

<sup>8</sup> Pode-se afirmar, baseando-se em Gohn (2000), que Castells foi um dos autores neomarxistas que contribuíram para a renovação das abordagens marxistas dos movimentos sociais e da “questão urbana”, desde os anos 70. No entanto, este autor, reviu algumas das teorias desta época em anos mais recentes. Em função desta revisão do próprio autor acredita-se não ser necessário apresentar suas concepções já revisadas.

<sup>9</sup> Ruth Correa Leite Cardoso faz esta referência, no prefácio do livro “O poder da identidade” de Castells (2002), edição brasileira.

O *primeiro processo*, a revolução das tecnologias da informação, atuou remodelando as bases materiais da sociedade e induzindo a emergência do *informacionalismo* como a base material de uma nova sociedade. Nesse sentido, ela teria uma importância igual ou maior à da Revolução Industrial. As tecnologias da informação tornam-se as ferramentas indispensáveis à produção de bens e mercadorias, ao exercício do poder e à criação de códigos culturais. Conforme Castells, as tecnologias da informação adquirem particular importância ao potencializar as redes<sup>10</sup> que se tornam o modo prevalecente de organização das atividades humanas, transformando, a partir de sua lógica, todos os domínios da vida social, política e econômica contemporâneas.

O *segundo processo*, refere-se à crise dos modelos de desenvolvimento tanto do capitalismo quanto do estatismo (socialismo real ou de Estado), o que levou ambos a se reestruturarem a partir de meados dos anos 70. Segundo Castells (2003), de um lado, o estatismo acabou mostrando sua inabilidade para manejar a transição para a Era da Informação, de outro lado, nas economias capitalistas, as empresas capitalistas e os governos adotaram medidas e políticas que, em conjunto, levaram a uma nova forma de capitalismo, caracterizado pela globalização das atividades econômicas centrais, pela flexibilidade organizacional e por um maior poder no gerenciamento das relações de trabalho. A globalização, por sua vez, impõe padrões comuns a todos os locais, na medida que difunde uma mesma matriz produtiva baseada nas novas tecnologias, permitindo apagar as distâncias físicas. A nova forma de capitalismo que se configura, o *capitalismo informacional*<sup>11</sup>, é o prevalecente. A consequência fundamental desse processo é que, pela primeira vez na história, a grande maioria do mundo está organizada tendo como base um conjunto de regras econômicas em grande parte comuns. Trata-se, na essência, de “uma forma de capitalismo com objetivos mais firmes, porém com meios incomparavelmente mais flexíveis que qualquer um dos seus predecessores” (Castells, 2003:461).

Castells é enfático ao afirmar que "a tecnologia não determina a sociedade" (1999:25), pois muitos e múltiplos fatores intervêm segundo um complexo padrão interativo na configuração que a tecnologia assume em cada momento da história. Daí a importância que tiveram, na conformação da sociedade atual, os poderosos movimentos sociais e culturais que apareceram a partir de 1968. Estes movimentos formam, segundo a perspectiva do autor, o *terceiro grande processo* de remodelação da sociedade atual. Sua importância reside principalmente nos códigos

---

<sup>10</sup> Embora as redes tenham existido sempre como forma de organização social, com as vantagens de ter maior flexibilidade e adaptabilidade que outras formas, elas tinham um problema inerente: a incapacidade de administrar a complexidade para além de um certo tamanho crítico. Essa limitação substancial foi superada com o desenvolvimento das tecnologias da informação nas últimas décadas (Castells, 1999).

<sup>11</sup> Capitalismo "Informacional" porque mais do que nunca está fixado nos meios de difusão de informações e na cultura e, acima de tudo, por ser impulsionado pela tecnologia da informação.

culturais de liberdades individuais que estes produziram e que se expandiram amplamente, transformando alguns domínios da experiência humana. Os movimentos sociais reagiram de múltiplas formas contra o uso arbitrário da autoridade, por terem se revoltado contra a injustiça social e por procurarem a liberdade necessária à experimentação pessoal. Em essência, trataram-se mais de movimentos culturais e menos de movimentos políticos, sendo que o que queriam primordialmente era *mudar a vida e não tomar o poder*. Em função disso, ao contrário das interpretações correntes, para Castells eles não foram derrotados, simplesmente retiraram-se de campo e deixaram para trás *uma elevada produtividade histórica*. Em sua luta, questionaram as bases fundamentais da sociedade; rechaçaram os valores estabelecidos; levantaram-se contra o patriarcalismo, abrindo uma crise na família tradicional e nos valores que organizavam a sociedade durante séculos; e, combateram o tradicionalismo religioso e o nacionalismo. Embora esses movimentos sociais fossem em princípio culturais e independentes das transformações econômicas e tecnológicas, seu “espírito libertário” influenciou, de forma considerável, a mudança para os usos individualizados e descentralizados das tecnologias. Sua proposta de cultura aberta estimulou a experimentação em múltiplas dimensões e a manipulação de símbolos culturais variados, aliada ao incitamento do internacionalismo e do cosmopolitismo, estabeleceu as bases intelectuais para um mundo mais integrado e interdependente (Castells, 2002; 2003).

A interação desses três processos, paralelos, mas interdependentes, durante o último quarto do século XX, produziu uma redefinição histórica das relações de produção, de poder e de experiência (individual e social) que resultaram na formação de “uma nova sociedade”. Em suas palavras:

A revolução da tecnologia da informação e a reestruturação do capitalismo introduziram uma nova forma de sociedade, a sociedade em rede. Esta sociedade é caracterizada pela globalização das atividades econômicas decisivas do ponto de vista estratégico; por sua forma de organização em redes; pela flexibilidade e instabilidade do emprego e a individualização da mão-de-obra. Por uma cultura de virtualidade real construída a partir de um sistema de mídia onipresente, interligado e altamente diversificado. E pelas transformações das bases materiais da vida – o tempo e o espaço – mediante a criação de um espaço de fluxos e de um tempo intemporal como expressão das atividades e elites dominantes (Castells, 2002:17).

Para Castells (1999; 2002; 2003), a sociedade contemporânea estaria sendo moldada pelas tendências conflitantes do processo de *globalização* e das *identidades* locais. Então, nestes tempos de sociedade em rede, tornaria-se central a análise da construção social das identidades, entendidas por Castells (1999:39) como: “o processo pelo qual um ator social se reconhece e constrói significado principalmente em determinado atributo cultural ou conjunto de atributos, a ponto de excluir uma referência mais ampla a outras estruturas sociais”. Castells completa sua

definição afirmando, em outro livro, que as identidades “constituem fontes de significado para os próprios atores, por eles originadas, e constituídas por meio de um processo de individuação” (2002:23). Assim, identidades são criadas com base em significações resgatadas ou produzidas e embasadas em materiais culturais, visando ações ou reações na sociedade em rede.

Em função da centralidade das identidades na produção do social contemporâneo, Castells (2002) investiga sua formação e sugere que a construção de identidades coletivas – por ocorrer sempre em contextos marcados por relações de poder – pode desenvolver-se de três formas distintas, a saber: a) *identidade legitimadora*: introduzida pelas instituições dominantes da sociedade com o intuito de expandir e racionalizar sua dominação, se aplica a diversas teorias de nacionalismo; b) *identidade de resistência*: criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferenciados dos que permeiam as instituições da sociedade; c) *identidade de projeto*: quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social.

Cada tipo de processo de construção de identidade leva a um resultado distinto na constituição dos movimentos na sociedade: a “*identidade legitimadora dá origem a uma sociedade civil*”<sup>12</sup> (Castells, 2002:24), ou seja, um conjunto de organizações e instituições reproduzem a identidade que racionaliza as fontes de dominação estrutural; a “*identidade destinada à resistência*, leva à formação de *comunas, ou comunidades*, [...] dá origem a formas de resistência coletivas diante de uma opressão que, do contrário, não seria suportável”<sup>13</sup> (*id*:25); a *identidade de projeto* produz *sujeitos*, os quais, conforme definidos por Touraine, não são meramente indivíduos, são “o ator social coletivo pelo qual os indivíduos atingem o significado holístico em sua experiência” (*id*:26). A construção desta última identidade inclui a construção de um projeto de uma vida diferente, expandindo-se no sentido da transformação da sociedade como um prolongamento desse projeto de identidade.

Castells, atento a estas especificidades da ação coletiva na sociedade em rede, define movimentos sociais nos seguintes termos: “são ações coletivas com um determinado propósito cujo resultado, tanto em caso de sucesso como de fracasso, transforma os valores e instituições da sociedade” (2002:20). E acrescenta que, *do ponto de vista analítico*, não existem movimentos sociais “bons” ou “maus”, progressistas ou retrógrados, eles são “reflexos do que somos,

---

<sup>12</sup> Grifos do autor.

<sup>13</sup> Grifos do autor.

caminhos da transformação, uma vez que a transformação pode levar a uma gama variada de paraísos, infernos ou de infernos paradisíacos.” (*id.*).

Em suma, para Castells, nas circunstâncias da *sociedade em rede*, os atores sociais que resistem à lógica dos fluxos globais de capital (à homogeneização da globalização) são as *comunidades de resistência*. Estas “defendem seu espaço e seus lugares diante da lógica estrutural desprovida de lugar no espaço de fluxos que caracteriza a dominação social na Era da Informação” (2002:422). Assim, estas comunidades constroem, a partir de atributos culturais, resistência ao processo de globalização e esta resistência, por sua vez, pode produzir *projetos* de uma nova estrutura social<sup>14</sup>.

Segundo a interpretação que Ruiz (2002) faz da obra de Castells, a mudança social na *sociedade em rede* é uma tarefa bastante complexa devido a grande capacidade que as redes possuem de absorver qualquer novo “insumo” para acrescentar à própria rede e/ou para neutralizá-lo. Em função disso, existem poucas possibilidades de mudança social dentro de uma rede constituída. As possibilidades de transformação real vêm normalmente de fora, seja através da negação de sua lógica pela afirmação de valores que não podem ser processados por rede nenhuma; seja pela criação de redes alternativas com vistas a desenvolver projetos alternativos que possam dar comunicabilidade a códigos para além de sua autodefinição específica. Dessa forma, estariam-se produzindo novos códigos culturais, que poderiam motivar projetos de transformação social.

Neste contexto, para Castells (2002), os partidos políticos esgotaram seu potencial como agentes autônomos de promoção da mudança social<sup>15</sup>. Os sujeitos potenciais da Era da Informação passam a ser os *movimentos sociais*. Mas, no entanto, só o serão na prática se conseguirem ser produtores e distribuidores de códigos culturais alternativos às redes de organização social já existentes. Para isso, eles têm que se colocar como mobilizadores de símbolos e atuar sobre a *cultura da virtualidade real*, a qual emoldura a informação e a comunicação na *sociedade em rede*. Entretanto, ao mesmo tempo em que os movimentos sociais

---

<sup>14</sup> Nas palavras de Castells (2002:423): “[...] a lógica dominante da sociedade em rede lança seus próprios desafios, na forma de identidades de resistência comunais e de identidades de projeto que podem eventualmente surgir desses espaços, *sob determinadas circunstâncias, e por meio de processos específicos a cada contexto institucional e cultural*. A dinâmica de contradição daí recorrente está no cerne do processo histórico pelo qual uma nova estrutura social e a “carne e ossos” de nossa sociedade estão sendo constituídas” (grifos do autor).

<sup>15</sup> No entanto, Castells (2002:424) afirma que os partidos ainda são “instrumentos essenciais para o processamento das reivindicações da sociedade, encabeçados pelos movimentos sociais, nas esferas políticas nacionais, internacionais e supranacionais. De fato, enquanto cabe aos movimentos sociais fornecer os novos códigos nos quais as sociedades podem ser repensadas e restabelecidas, alguns partidos políticos (talvez sob novas roupagens informacionais), ainda atuam como agentes cruciais da institucionalização da transformação social. São bem mais agentes de grande influência do que propriamente inovadores políticos.”

desenvolvem suas potencialidades e se tornam "embriões de uma nova sociedade", uma distância social abismal vai se estabelecendo entre, por um lado,

[...] as metaredes do sistema financeiro internacional e os fluxos globais de riqueza, poder e imagens e, por outro, a maioria das pessoas, as atividades e os locais do mundo. A globalização está se tornando um grande movimento de conexão de tudo o que vale para a razão instrumental do mercado e, ao mesmo tempo, de desconexão de tudo o que não vale para essa razão (Ruiz, 2002:s.n.).

Com relação à questão do Estado e das formas de poder, Castells é categórico em rejeitar a definição marxista de Estado construída por Poulantzas, pois para ele as mudanças ocorridas, nas últimas décadas (descritas acima) foram de tal ordem e intensidade que atualmente não existe mais o Estado que Poulantzas, em 1978, assim descreveu:

Uma característica específica do Estado capitalista [...] é que ele absorve o tempo e o espaço sociais, estabelece as matrizes de tempo e espaço e monopoliza a organização do tempo e do espaço que se transforma, por meio da ação do Estado, em redes de dominação e poder. Desse modo, a nação moderna é um produto do Estado (Poulantzas citado por Castells, 2002:287).

Para Castells o poder não se concentra mais nas instituições (Estado), nas organizações (empresas capitalistas), ou mecanismos simbólicos de controle (mídia corporativa, igrejas), ao contrário, está difundido em redes globais de riqueza, poder, informações e imagens, que circulam e passam por transmutações em um sistema de geometria variável e geografia desmaterializada. Assim, “o crescente desafio à soberania dos Estados em todo o mundo parece advir da incapacidade de o Estado-Nação moderno navegar por águas tempestuosas e desconhecidas entre o poder das redes globais e o desafio imposto por identidades singulares” (Castells, 2002:287).

Dessa forma, com as limitações que a globalização impõe ao Estado contemporâneo e as demandas locais que solicitam recursos e proteção nacional às leis “selvagens” do mercado, o Estado-Nação moderno perde a primazia das iniciativas inovadoras. Então, nestes “novos tempos” o poder estaria menos nas instituições clássicas (Estado, empresas, igrejas e partidos) e mais na produção de “códigos de informação” e de “imagens de representação”, que constroem as demandas para as primeiras (instituições clássicas).

Com estas novas possibilidades de informação e comunicação e de produção de “batalhas ininterruptas” pela determinação das demandas sociais, as pautas dos governos estatais acabam reféns destas investidas múltiplas. Nesse sentido, o controle do Estado sobre o tempo e o espaço vem sendo submetido aos fluxos globais de capitais, produtos, serviços, tecnologia, comunicação e informação. As possibilidades de ação criadora autônoma do Estado são limitadas consideravelmente.

Observando-se a perda da capacidade de ação criadora do Estado, deve-se chamar atenção para a centralidade dos *movimentos sociais* no questionamento da nova ordem global (globalização) e, visto dessa forma, a grande aposta que Castells faz está no surgimento de movimentos fortes o suficiente para preservar as identidades específicas e os sujeitos diante do potencial envolvente e destruidor/recriador da *sociedade em rede*. O autor advoga pelos processos de construção de *identidades de projeto* como elemento de transformação da estrutura social e como contraposição à homogeneização produzida pela globalização. Assim, para Castells (2002:420), “a principal questão passa a ser o surgimento de *identidades de projeto* [...], potencialmente capazes de reconstruir uma nova sociedade civil e, enfim, um novo Estado”. Dessa forma, nos processos de construção de comunidades de resistência está o alvorecer de sujeitos que se configuram como os principais contrapontos ao fenômeno da globalização, ou em suas palavras, são “os sujeitos potenciais” da atualidade<sup>16</sup>.

Os *agentes potenciais* que dão voz a projetos de identidades, que visam a transformação dos códigos culturais e que são mobilizadores de símbolos novos, segundo os argumentos de Castells, ainda não teriam se desenvolvido completamente. No entanto, o autor especula a existência, na realidade atual, de dois tipos de *agentes potenciais*, os quais denomina de: os *Profetas* e as *redes de mudança social*. Os *Profetas*, teriam o papel de emprestar uma face a uma “insurreição simbólica”, de modo que possam falar em nome de rebeldes indicando um caminho, sustentando os valores e atuando como emissores de símbolos<sup>17</sup>. O segundo e “principal agente” diz respeito às *redes de mudança social*, que consistem em *uma forma de organização e intervenção descentralizada e integrada em rede, característica dos novos movimentos sociais*, que reflete a lógica de dominação da formação de redes da sociedade informacional e a ela reage. Estas redes fazem mais do que organizar atividades e compartilhar informações, *elas representam os verdadeiros produtores e distribuidores de códigos culturais*<sup>18</sup>. Esta produção de novos códigos culturais, baseados em projetos de identidades, seria o principal contraponto atual à rede de dominação global.

---

<sup>16</sup> Para Castells (2002:424-5), “os movimentos sociais que surgem a partir da resistência comunal à globalização, reestruturação do capitalismo, formação de redes organizacionais, informacionalismo desenfreado e patriarcalismo – a saber, por enquanto, ecologistas, feministas, fundamentalistas religiosos, nacionalistas e localistas – representam os sujeitos potenciais da Era da Informação”.

<sup>17</sup> Castells (2002:425) cita o exemplo do Subcomandante Marcos (líder do Exército Zapatista de Libertação Nacional no México) como um *Profeta* (entre outros).

<sup>18</sup> Castells (2002:426) cita como exemplos destas *redes descentralizadas de mudança social* o movimento ambientalista, o movimento feminista, o movimento dos rebeldes contrários à nova ordem global e os movimentos religiosos fundamentalistas.

### 3.3. A Concepção de Alberto Melucci

Melucci permite avançar na compreensão da “formação do movimento”, ao descortinar os motivos que levam os indivíduos a participarem de um movimento e as influências das condições político-ideológicas de um determinado contexto. O autor busca, também, identificar as relações entre atores e movimentos, enfatizando a formação de *redes de movimentos sociais*, consideradas como fenômenos contemporâneos de manifestação articulada de atores sociais.

Alberto Melucci é um dos fundadores do paradigma da identidade coletiva. Seu enfoque situa-se mais ao nível microsocietal, ao contrário de Touraine, por exemplo, que privilegia sistemas macros<sup>19</sup>. Dada a sua formação e atuação profissional – nas ciências sociais e na psicologia clínica – combina a análise das subjetividades dos indivíduos com a análise das condições político-ideológicas de um dado contexto histórico. Neste sentido, há um claro afastamento das concepções clássicas de movimentos sociais, como demonstra esta passagem:

Eu diria que me interessa pela dimensão pessoal da vida social porque estou convencido de que as pessoas não são simplesmente moldadas por condições estruturais. Elas sempre se adaptam e dão um sentido próprio às condições que determinam as suas vidas. [...] eu sempre tive um interesse profundo pelas estruturas emocionais porque não me considero apenas um indivíduo racional. (Melucci, 1994:153).

Tomados estes elementos essenciais, para Melucci, o fenômeno da *ação coletiva* deve ser entendido como:

[...] um conjunto de práticas sociais que envolvem simultaneamente certo número de indivíduos ou grupos que apresentam características morfológicas similares em contigüidade de tempo e espaço, implicando um campo de relacionamentos sociais e a capacidade das pessoas de incluir o sentido do que estão fazendo (Melucci *apud* Gohn, 2000:154).

Melucci crítica o *modelo clássico* por considerar que a ação coletiva era tratada como efeito das condições estruturais ou como expressão de crenças e orientações partilhadas, o que impediu de se conceber a ação como um sistema de relações. Melucci (1989) concorda, em certa medida, com o conceito de *sistema de ação histórica* empregado por Touraine, pois considera que a ação dos movimentos não deve ser analisada somente dentro das contradições estruturais em que ela se insere, mas requer também ser considerada como “uma interação de objetivos, recursos e obstáculos, como uma ação intencional que é estabelecida dentro de um sistema de oportunidades e de coerções” (1989:52). Ou seja, para Melucci, os movimentos sociais são “*sistemas de ação* que operam num *campo sistêmico* de possibilidades e limites” (1989:52).

---

<sup>19</sup> Segundo Gohn (2000:153), em 1980 Melucci publicou um artigo (*The New Social Movements: A Theoretical Approach*) onde “criou um conceito (Novos Movimentos Sociais), um campo de análise (o cultural) e demarcou as principais diferenças entre estes e as análises anteriores sobre os movimentos sociais (centradas no estudo da classe operária)”.



A partir destes elementos e para separar os movimentos sociais de outros fenômenos coletivos (delinquência, reivindicações organizadas, comportamento agregado de massa), Melucci define “analiticamente um movimento social como uma forma de ação coletiva (a) baseada na solidariedade, (b) desenvolvendo um conflito, (c) rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação” (1989:57). Nesta definição, o conflito é visto como uma relação entre atores opostos que lutam pelos mesmos recursos; a solidariedade como a capacidade dos atores compartilharem uma *identidade coletiva*; e os limites do sistema como o espectro de variações tolerados no âmbito de uma estrutura existente. Um *rompimento* destes limites coloca a ação para além do espectro aceitável de variações.

Em livro mais recente o conceito de movimento social é definido em termos semelhantes, como “a mobilização de um ator coletivo, definido por uma solidariedade específica, que luta contra um adversário para apropriação e o controle de recursos valorizados por ambos. A ação coletiva de um movimento se manifesta através da ruptura dos limites de compatibilidade do sistema dentro do qual a ação mesma se situa” (Melucci, 2001:35).

Melucci ressalta que os movimentos sociais, a partir do final da década de 80, passaram a se organizar de maneira inter-relacionada, ou seja, formaram-se as *redes de movimentos*<sup>20</sup>. Estas, por sua vez, deram uma nova tônica para a ação dos movimentos, que passaram a assumir um modelo bipolar de ação: a fase da *latência* e a fase da *visibilidade*. Nas palavras de Melucci:

A latência permite que as pessoas experimentem diretamente novos modelos culturais – uma mudança no sistema de significados – que, com muita frequência, é oposta às pressões sociais dominantes [...]. A latência cria novos códigos culturais e faz com que os indivíduos os pratiquem. Quando pequenos grupos surgem para enfrentar uma autoridade política numa decisão específica, a visibilidade demonstra à oposição que leva a tomada de decisão com relação à política pública. [...] a latência permite a visibilidade por alimentar o primeiro com recursos de solidariedade e com uma estrutura cultural para mobilização. A visibilidade reforça as redes submersas. Fornece energia para renovar a solidariedade, facilita a criação de novos grupos e o recrutamento de novos militantes atraídos pela mobilização pública que então flui na rede submersa. (1989:61-62).

O autor ao considerar a dinâmica social recente, chega a afirmar que “prefere” substituir a expressão movimento social por *redes de movimento* ou *áreas de movimento*. Ou seja, para o autor, trata-se de uma rede de grupos partilhando, de uma cultura de movimento e uma identidade coletiva, que inclui “organizações formais” e também uma rede de relações informais que conectam “núcleos de indivíduos” e grupos para uma participação mais ampla. Estas mudanças organizacionais apontam para uma crescente autonomia face aos sistemas políticos

---

<sup>20</sup> Enquanto para Melucci as redes são os canais de intercomunicação entre os atores sociais transformadores, para Castells as redes são instrumentos de dominação da sociedade atual.

tradicionais e uma crescente valorização de ações autônomas que seguem a lógica bipolar da latência e visibilidade.

Assim, para o autor os movimentos sociais contemporâneos apresentam-se mais como “redes de solidariedade” com fortes conotações culturais do que como movimentos classistas. Esta característica os diferencia dos atores políticos ou das organizações formais. A identidade coletiva não é um dado ou uma essência do movimento, como atribui Touraine, mas “um produto de trocas, negociações, decisões, conflito entre os atores” (Melucci, 2001:23). Melucci (2001:69), atribui à identidade coletiva uma definição “interativa e compartilhada” e isso significa segundo suas palavras: “construída e negociada através de um processo repetido de ativação das relações que ligam os atores”. Dessa forma, os processos de construção, manutenção, adaptação de uma identidade coletiva tem sempre dois ângulos para Melucci: “de um lado a complexidade interna de um ator, a pluralidade de orientações que o caracteriza; de outro a sua relação com o ambiente (outros atores, oportunidades/vínculos)” (*id*:69). Ou seja, a construção de identidade coletiva é resultado de um processo complexo de orientações internas do ator social e das relações que estabelece com outros atores.

Por fim, para Melucci (2001), na atualidade os movimentos sociais são agentes centrais da renovação social, sua ação contribui na reflexão sobre a realidade concreta seja por apontarem problemas vivenciados seja por produzirem novas agendas tanto ao Estado, quanto a sociedade civil. “Os movimentos contemporâneos são profetas do presente<sup>21</sup>. Não têm a força dos aparatos, mas a força da palavra. Anunciam a mudança possível, não para um futuro distante, mas para o presente da nossa vida” (Melucci, 2001:21). Por mais paradoxal que pareça, o surgimento dos movimentos, segundo Melucci, já os caracteriza como *vencedores*, porque a sua simples existência já é o bastante para afetar os códigos culturais e os sistemas simbólicos dominantes. Assim, os movimentos influenciam a política na medida em que ampliam os seus limites, promovem modificações nas regras e procedimentos e incentivam novas formas de participação no interior das instituições. Sua influência pode ser percebida também na produção de novos modelos organizacionais, contribuindo como formadores de novas lideranças políticas para as instituições e organizações. Finalmente, os movimentos promovem mudanças na cultura e na moral, através da assimilação de novas linguagens e valores.

#### **4. Interfaces e Divergências Entre Concepções**

---

<sup>21</sup> “Como os profetas, ‘falam à frente’, anunciam aquilo que está se formando sem que ainda disso esteja clara a direção e lúcida a consciência” (Melucci, 2001:21).

Na perspectiva do *modelo clássico*, os movimentos sociais eram mobilização de massas humanas ávidas por mudança social e pelo estabelecimento da Revolução. Estas massas mobilizavam-se nos momentos em que as condições objetivas (materiais) fossem propícias, ou seja, em períodos de crises do capitalismo ou de grandes setores da economia. No entanto, considerava-se que estas mobilizações por si sós não poderiam alcançar um nível organizacional e de consciência de classe que as pudesse libertar, seria necessário ainda trabalhar as condições subjetivas para que fosse possível construir a Revolução. Neste aspecto, entrava o papel das vanguardas esclarecidas da classe proletária, que atuavam profissionalmente no partido da classe (comunista, social-democrata, trabalhista ou socialista). As vanguardas e os partidos criariam as condições subjetivas da mobilização. Ou seja, estes “eram a consciência do movimento” e lhes estava incumbida a tarefa de conduzir as massas à realização da Revolução e de, posteriormente, trabalhar os aspectos relativos ao desenvolvimento humano (cultura, educação, consciência, etc.).

Esta forma de conceber os movimentos sociais (*modelo clássico*) perdeu, nos tempos atuais, em grande medida, sua aplicabilidade teórica e prática. A partir dos anos 70, começaram a se fazer fortes questionamentos a este modelo e novas interpretações aos fenômenos sociais surgiram. Segundo Gohn (2000) principalmente na Europa, passaram a ser produzidas novas abordagens que remetiam, fundamentalmente, a novas dimensões da mobilização dos atores sociais e a novas formas de luta que surgiam no período. Assim, passavam a ser observados os elementos culturais, a solidariedade, as lutas sociais cotidianas, os processos de identidades gerados, etc.

Embora os autores tratados neste artigo se refiram aos movimentos sociais a partir de critérios semelhantes estes divergem em alguns aspectos. Quanto à formação do movimento, segundo o entendimento de Touraine, o que motiva o surgimento de um movimento social “são os interesses opostos” entre diferentes atores sociais que lutam pelo controle das orientações gerais da sociedade (rumos do desenvolvimento e a organização da cultura). Para Melucci, são “atores opostos que lutam pelos mesmos recursos” e que com o estabelecimento desta disputa, rompem os limites do sistema existente. Já segundo a concepção de Castells, a formação de movimentos sociais se dá no rompimento de sujeitos locais ou específicos com as redes gerais de dominação e poder, sendo que esse rompimento se dá através da afirmação de identidades primárias (religiosas, étnicas, territoriais, nacionais, etc.), que resultam na construção de comunidades de resistência.

Os diferentes autores entendem que para a constituição de um movimento devem se estabelecer relações fortes entre os atores. Os autores remetem à noção de formação de *identidade coletiva*, porém com sentidos diferenciados. O fenômeno de construção de identidades coletivas para Melucci, processa-se através do fortalecimento das relações de solidariedade entre os membros do grupo, sua diversidade interna e as relações que são estabelecidas com outros atores. Castells apresenta uma noção mais ampla do processo de formação de identidades nas sociedades contemporâneas. Para este último, as identidades sociais têm funcionalidades específicas e são criadas com base em materiais culturais, produzindo novos significados ou resgatando antigos, visando ações ou reações na sociedade em rede. Já Touraine, em seus trabalhos iniciais, tendia a enfatizar questões de semelhanças nas condições objetivas dos atores que iriam se incorporar em movimentos (identidade de classe), enquanto, em seus trabalhos recentes, procura tratar com mais cautela a questão. Tem enfocado, principalmente, a questão da identificação para a formação dos sujeitos (coletivos), mas também manifesta certo desacordo com a negação dos “diferentes” para afirmação dos “iguais”. Assim, nos trabalhos mais recentes, Touraine adverte que a mobilização de identidades coletivas pode recair em uma “grande cilada”, tendo em vista as possibilidades de formação do comunitarismo (comunidades fechadas em si mesmas). Neste ponto, fica evidente uma diferença significativa entre a concepção de Touraine e a de Castells. Enquanto Castells visualiza na construção de *comunidades de resistência* a formação de sujeitos potenciais para produção de novos códigos culturais e novas estruturas sociais, Touraine identifica uma grande “armadilha” na constituição destas comunidades, pois estas dificultariam as possibilidades de manifestação de sujeitos livres e democráticos.

Com relação ao *projeto*<sup>22</sup> do movimento social, observam-se algumas diferenças de concepções entre os autores trabalhados. Touraine, em seus trabalhos iniciais, atribuía à disputa com um adversário social pela direção do desenvolvimento da sociedade a grande tarefa do movimento social, mas em seus trabalhos mais recentes vem estabelecendo que, além da disputa pelo desenvolvimento, este deve propiciar as condições necessárias para a manifestação dos sujeitos. Melucci atenta para a capacidade que os movimentos sociais têm de afetar os códigos culturais e os sistemas simbólicos dominantes, além de produzirem influências no sistema político, nas instituições e nos modelos organizacionais. Ou seja, para Melucci, essencialmente

---

<sup>22</sup> Touraine (1977) construiu uma tipologia de análise dos movimentos sociais (apresentada na parte relativa a este autor) e esta tipologia foi adaptada por Castells (2002). Segundo a adaptação de Castells, para análise dos movimentos sociais contemporâneos deve-se atentar a três elementos fundamentais, a saber: a *identidade*, o *adversário* e a *meta-societal* ou o *projeto*. Para este trabalho se utilizará o termo *projeto* para designar a proposição social dos movimentos.

os movimentos contribuem para a “renovação” da sociedade, *construírem o presente*. Para Castells, a construção do projeto societal está intimamente relacionada ao processo de formação da identidade do movimento. Se o movimento só constrói identidade de resistência – para garantir a existência de um grupo específico – poderá ficar preso somente às garantias de sobrevivência dos indivíduos, mas se este conseguir construir um projeto para um novo sujeito atuar, este projeto poderá ser expandido para toda a sociedade. Assim, o projeto refere-se à visão do movimento sobre ordem ou organização social que almeja construir no horizonte histórico da ação coletiva que promove. É o objetivo que almeja alcançar.

No que se refere às possibilidades de *transformação social* nos tempos atuais, os autores tratados também se diferenciam em alguns pontos. Para Touraine, os agentes “desejáveis” para a transformação social nos tempos atuais seriam os *movimentos societais*. Estes teriam a capacidade de conjugarem a luta pela afirmação de projeto cultural com a mudança dos rumos do desenvolvimento. No entanto, o próprio Touraine advertiu que estes movimentos são de difícil conformação, tendo em vista que estes devem estabelecer a ligação entre “o mundo dos meios e dos fins”. Para Melucci, a existência de movimentos sociais constituídos por si só já produz alterações nos sistemas, pois estes para existirem necessitam romper os limites do espectro de variações toleradas pelos sistemas, produzindo, assim mudanças culturais, políticas e estruturais. Os movimentos sociais são os “profetas do presente”. Já para Castells, a mudança social na *sociedade em rede* requer, em primeiro lugar, a negação das redes de poder dominantes e o estabelecimento de organizações (redes) alternativas baseadas em identidades de resistência; em segundo lugar, estas organizações alternativas, utilizando-se de material cultural ao seu alcance, constroem um projeto societal capaz de instrumentalizar sujeitos e de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, buscam a transformação de toda a estrutura social.

## 5. Bibliografia Citada

- ALEXANDER, Jeffrey C. (1998), “Ação coletiva, cultura e sociedade civil”. *Revista brasileira de ciências sociais*. v. 13, n. 37, p. 05-30.
- CASTELLS, Manuel, (1999). *Sociedade em rede*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- \_\_\_\_\_. (2002), *O poder da identidade*. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_. (2003), *Fim de milênio*. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- GOHN, Maria. G. (2000), *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola.
- MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. (2004). *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Martin Claret.
- MELUCCI, Alberto. (1989), Um objetivo para os movimentos sociais? *Lua nova*, n. 17.
- \_\_\_\_\_. (1994), Ainda movimentos sociais: uma entrevista com Alberto Melucci. *Novos estudos CEBRAP*, n. 40.

- \_\_\_\_\_. (2001), *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes.
- RUIZ, Osvaldo L. (2002), Manuel Castells e a "era da informação". *Com ciência*, n. 30.
- SCHERER-WARREN, Ilse. (1984), *Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica*. Florianópolis: Editora da UFSC.
- \_\_\_\_\_. (1996), *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola.
- SILVA, Marcelo K. (1998), Movimentos Sociais, Cidadania e Democracia. *Cadernos de sociologia*, v. 10, p. 107-135.
- TOURAINÉ, Alain. (1977), Os movimentos sociais. In: FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. de S. *Sociologia e sociedade*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora.
- \_\_\_\_\_. (1989), *Palavra e sangue*. Campinas: Ed. UNICAMP.
- \_\_\_\_\_. (1998), *Crítica da modernidade*. 5ª ed. Petrópolis: Vozes.
- \_\_\_\_\_. (2003), *Poderemos viver juntos? iguais e diferentes*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes.
- TOURAINÉ, Alain; KHOSROKHAVAR, Farhad. (2004), *A busca de si: um diálogo sobre o Sujeito*. Rio de Janeiro: DIFEL.